

## O PORTUGUÊS NO ORIENTE

Tânia Alkmim (UNICAMP)

### 1. Introdução

O Canto Primeiro de *Os Lusíadas*, de Camões, abre-se com a referência à expansão portuguesa nas longínquas terras do Oriente:

"Por mares nunca dantes navegados,  
Passaram ainda além da Taprobana,  
E em perigos e guerras esforçados,  
Mais do que prometia a força humana,  
Entre gente remota edificaram  
Novo reino, que tanto sublimaram." (Estância I)

Taprobana, antigo nome do Ceilão, é o atual Sri Lanka, ilha do litoral asiático, e o "novo reino" é a Índia.

A partir do século XVI, iniciada a aventura dos tempos modernos, Portugal não só ultrapassou a Taprobana e edificou novos reinos: expandiu sua língua para fora de seus limites acanhados, no extremo ocidental da Europa. Em atividades de conquistas e ocupações territoriais, de busca de novos mercados em regiões extra-europeias, Portugal levou a língua portuguesa à América, à África e a um vasto conjunto de terras orientais. Com relação ao Oriente, é fato que a atividade portuguesa esteve bem presente em todo o litoral da Índia, no Ceilão (atual Sri Lanka), na Malásia, em ilhas da Indonésia (Java, Celebes, Sumatra, Bornéu, Ceram, Molucas, Flores), no litoral da China (Macau), tendo passado pela Turquia, Pérsia e Península Arábica.

Portugal, no século XVI, tendo o domínio do comércio marítimo, era, de fato, o intermediário privilegiado entre a Europa e as regiões orientais. Além das famosas especiarias, Portugal ia também em busca de produtos como a porcelana, a seda, as pérolas, os perfumes. A partir do século XVII, ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses e espanhóis passaram a disputar o predomínio político e comercial português que, no século XVIII encontrou-se bastante reduzido e mesmo eliminado em algumas regiões.

## 2. A expansão lingüística

As línguas, de modo geral, podem ser definidas como instrumento de comunicação particular de uma comunidade de falantes. Em outros termos, a relação língua - comunidade de falantes é, em um certo sentido, indissolúvel. É fato, no entanto, que muitas línguas extrapolam sua comunidade original e se instalam temporária ou definitivamente em outras comunidades. O caso mais famoso é o da língua latina. Razões de natureza política, comercial, religiosa, ou ainda outras, estão sempre associadas à ação que implementa o transplante de uma língua para um novo habitat. Evidentemente, os agentes efetivos da expansão de uma língua são os seus falantes. No entanto, apenas o fato de os falantes de uma determinada língua se lançarem em algum empreendimento extra-territorial não garante a expansão dessa língua. Tendo em vista o caso da língua portuguesa no Oriente, algumas observações podem ser feitas.

As fontes históricas apontam que os portugueses foram os primeiros europeus a estabelecer contato regular com os orientais, através de seus empreendimentos comerciais. Segundo D. Lopes (1936), "O século XVI é só português". (pg.25)

A precedência histórica aliada à exclusividade do contato inicial poderia, em princípio, explicar a presença marcante da língua portuguesa no Oriente, mas, intuitivamente, tais fatores parecem insuficientes. É nesse sentido que cabe indagar como um grupo minoritário pode impor sua língua a um conjunto de populações histórica, cultural e lingüisticamente distintas como as populações orientais.

Alguns dados nos fazem ver que, em meio a disputas e conflitos com os outros europeus e mesmo com as populações locais, os portugueses procuraram, desde o começo, viabilizar seu domínio político e comercial iniciais, através de ações complementares às ações de natureza militar. Estamos nos referindo aqui a ações institucionais que agem sobre as esferas religiosa, social, educacional e política das comunidades.

A história da ação portuguesa no Oriente, como também na África e na América, sempre esteve associada a uma preocupação de difusão da fé católica. Segundo D. Lopes (1936), "O missionário ia aonde ia o mercador ousado, este para os bens terrenos, o outro para ganhar as almas." (pg.V). O fato é que as missões religiosas portuguesas, desde o início, estiveram presentes nas terras orientais, acompanhando as atividades de comerciantes e intermediários governamentais. Nesse sentido, os religiosos foram os grandes difusores do idioma português e, naturalmente, da religião católica. Destacaram-se os padres da Companhia de Jesus, mas também agostinhos, dominicanos e franciscanos. Os religiosos pregaram também nas línguas locais, mas aparentemente, nunca exclusivamente. A preocupação de documentar em português era bastante evidente. Os portugueses foram bem sucedidos em equacionar a relação entre a religião católica e a língua portuguesa. A esse respeito, por exemplo, considere-se a frase de um autor de 1814: "Se por ventura o cristianismo vier a triunfar na Índia e se formar uma igreja romana, o português será a língua dessa igreja onde quer que ela se expanda." (apud. D. Lopes (1936) pg.62). É também ilustrativo o exemplo da carta de

S. Francisco Xavier, de 1545, escrita de S. Tomé de Meliapor (Índia) aos diretores do colégio de Santa Fé em Goa (Índia): "Se da nossa Companhia vierem alguns estrangeiros que não saibam falar português é preciso que o aprendam, porque de outro modo não haverá intérprete capaz que os entenda." (apud D. Lopes (1936), pg. 28).

É interessante considerar também o tipo de ação portuguesa desenvolvida em Goa (Índia), estrategicamente localizada e a capital do Império português do Oriente. Assim, S. da Silva Neto (1970) aponta que, em Goa, o português Afonso de Albuquerque, nos inícios do século XVI, percebeu que "era necessário criar tão longe da pequena casa lusitana um forte e sólido núcleo de profundas raízes portuguesas. Para consegui-lo empreendeu o casamento de mulheres alvas e de bom parecer com homens limpos e de bem".

Aos casais mistos, cuja formação estimulava, concedeu favores e meios de começar a vida: casas, terra, gado e um cavalo." (pg. 533).

S. da Silva Neto (1970) dá-nos também uma lista dos primeiros cinquenta e quatro casamentos mistos, da qual apresentamos um pequeno fragmento:

"Título das mulheres da terra casadas com portugueses.

"1a. Isabel da Silva, malavar, mulher de Diego Correia;

"2a. Lianor Arganosa, malavar, mulher de Bras Lopes e Afonso seu filho;

"3a. Johana Gonçalves e Ines, sua filha,

"4a Isabel Fernandes, foi moura, mulher de Francisco Fernandes e Jacome seu filho;" (pg. 534)

A ação portuguesa procurou também investir na esfera educacional. Assim, S. da Silva Neto (1970) nos informa que Afonso Albuquerque, em 1512, escreve da Índia a D. Manuel: "Em Cochim (Índia), achei uma arca de cartinhas por onde ensinar aos meninos e pareceu-me que Vossa Alteza as não mandara para apodrecerem estando na arca, e ordenei um homem casado aqui, que ensinasse os moços a ler e escrever e haverá na escola perto de cem moços, e são eles filhos de panicais e homens honrados; são muito agudos e tomam bem o que lhes ensinam, e em pouco tempo..." (pg. 542)

E é assim que em 1514 tem-se uma lista de vinte e nove estudantes de Cochim, como se pode ver no fragmento abaixo:

"Joane, filho de Francisco

Gonçalo, filho de Pedro

Joane, seu irmão

Jorge, de Mestre

Bastian, filho de Guomar" (apud S. da Silva Neto (1970), pg. 542)

Ao lado de ações de natureza religiosa, social e educacional, autoridades locais se preocuparam seriamente em definir uma política lingüística para as regiões. Assim, o vice-rei de Goa, Francisco de Távora, conde de Alvor, publicou em

1684 a seguinte lei:

...“e para se facilitar mais esta comunicação entre todos, se aplicarão os naturais a falarem a língua portuguesa, e os párocos e mestres das escolas ensinarão aos meninos a doutrina cristã no mesmo idioma, para que pelo tempo em diante fique sendo para todos comuns, sem mais usarem da materna; e para este efeito em todas as práticas e congressos, que tiverem, usarão da língua portuguesa, até se fizerem correntes nela; para o que lhes assino três anos de tempo, dentro dos quais falarão todos geralmente no idioma português, e dêle usarão somente em seus tratos e contratos, que fizeram em nossas terras, e de nenhum modo da língua da terra, sob pena de se proceder contra eles com a demonstração e severidade de castigo, que parecer.” (apud S. da Silva Neto (1970), pg. 538).

Como se pode observar, a expansão da língua portuguesa no Oriente, agenciada por seus falantes, participantes dos empreendimentos comerciais e políticos, foi sustentada e administrada por atuações e medidas bem objetivas. Isoladamente, as ações podem parecer insuficientes. Tomadas em seu conjunto, cada uma delas, investindo em diferentes esferas distintas da vida social, acaba por produzir efeitos mais ou menos permanentes: a criação de grupos educados em língua portuguesa, através da ação religiosa, da promoção de casamentos mistos e de uma ação coercitiva oficial.

### 3. O português do Oriente.

As referências históricas sobre a vitalidade do português no Oriente não deixam dúvida alguma a esse respeito. Mais do que isso, fica demonstrado que a língua portuguesa desempenhou efetivamente a função de língua franca ou veicular<sup>1</sup>, isto é, uma língua “utilizada em situações plurilíngues” (L.-J. Calvet (1981), pg. 96), em regiões orientais

Ao entrar em contato com as populações orientais, os portugueses, evidentemente, utilizaram sua língua materna e, nesse sentido, foram os seus reais difusores. Mas a amplitude dessa difusão alcançou dimensões significativas, ultrapassando a rede primitiva de usuários - portugueses e populações orientais. Examinando documentos publicados por D. Lopes (1936), temos um panorama bastante informativo a respeito da relação língua portuguesa e usuários no Oriente no período compreendido pelos séculos XVI, XVII e XVIII. Assim, a partir do exame desses documentos, podemos observar duas situações básicas de uso do português:

1. O português é usado por europeus (não portugueses) de diferentes nacionalidades como língua de contato com populações orientais.

Alguns documentos nos informam a esse respeito. Assim, por exemplo, um viajante inglês em 1613 informa sobre a ilha de Mohélia, em Comores: ...“Tanto (o cunhado do rei da ilha) como muitos outros habitantes da mesma ilha falam suficientemente bem português, pela qual razão eu tive uma larga conferência com eles e chega-

mos a acordo no que eu pedia." (apud D. Lopes (1936), pg. 36).

Interessante também a esse respeito é o relato de um viajante holandês à Índia, em 1633, que escolheu o português para falar com o rei da ilha de Socotorá, embora este não o entendesse, tendo sido necessário o recurso de um intérprete: "Declaramos-lhe em língua portuguesa porque razão os navios tinham vindo ali e o que desejávamos. Dissemos-lhe que os Holandeses eram gente de bem e pacífica, amigos do Árabes e inimigos dos Portugueses. Um velho grisalho traduziu o que dizíamos." (apud D. Lopes (1936), pg 33).

Vários outros documentos atestam o uso do português como língua de contato entre europeus não portugueses e orientais. Os exemplos acima ilustram, apenas, a identificação do português como um instrumento adequado de contato ao contexto oriental. Ao lado disso, considere-se também o fato de que era comum a utilização de orientais falantes de português para trabalharem nos navios como atesta o relatório da armada de um almirante holandês que foi ao Oriente em 1602: "Fizemos também passar para bordo dum dos navios holandeses os pilotos, um malaio mouro e outro malaio cristão, que falavam português e eram arbois naturais de Macassar, para pilotarem a frota no estreito de Sincapura." (apud D. Lopes (1936), pg. 32).

Quanto ao uso do português por europeus não portugueses com populações orientais, pode-se observar também que vários documentos referem-se à necessidade imperiosa de aprendizagem desta língua para o desempenho das missões religiosas católicas ou protestantes. É assim que padres católicos franceses, em 1689, pregam em português em Sião (China)<sup>2</sup>. Vemos também que, em 1675, os protestantes faziam o mesmo: "Nas Índias (os Holandeses) não fazem menos ...A Companhia das Índias Ocidentais faz pregar o Evangelho em flamengo, como também em língua portuguesa e em língua indiana." (apud D. Lopes (1936), pg. 43). É fato que, em 1698, a Companhia Inglesa das Índias, obrigava os missionários protestantes a aprender o português, como se pode ver no trecho abaixo: "Todos os ministros serão obrigados a aprender a língua portuguesa dentro dum ano depois da sua chegada e procurarão também aprender a língua do país onde residirem, para que possam instruir na religião protestante os gentios que forem servos ou escravos da Companhia ou dos seus agentes." (apud D. Lopes (1936), pg. 47).

Também em 1709, um missionário protestante reconhece: "porque sendo a língua portuguesa de uso tam grande, o cristianismo verdadeiro e prático seria espalhado por este meio na maior parte destes países orientais..." (apud D. Lopes (1936), pg. 49)

2. O português é usado por europeus de diferentes nacionalidades (não portugueses) para se comunicarem entre si.

O português foi usado como língua de comunicação entre europeus de origens distintas. Alguns documentos nos informam a esse respeito. Assim, em 1686, seis padres jesuítas franceses, a caminho da China, desembarcaram em Batávia (atual Jacarta, Indonésia) e conversaram com o governador holandês em português.<sup>3</sup> Outro depoimento é o de um estudioso francês, que em 1787 diz: "ela (a língua portuguesa) serve também de meio de comunicação entre as nações européias estabelecidas na Índia."

(apud D. Lopes (1936) pg. 60)

As duas situações básicas apontadas acima merecem alguma reflexão. Vimos que, promovida a língua de contato entre usuários falantes de línguas maternas distintas - europeus entre si, de um lado, e europeus e orientais, de outro - , a língua portuguesa assumiu, efetivamente, a função de língua franca ou veicular. Parece possível supor que, inicialmente, o português instalou-se como língua de contato entre portugueses e orientais e permaneceu exclusiva ou predominante enquanto durou a supremacia portuguesa no Oriente, isto é, basicamente o século XVI. Tal fato teria garantido que situações novas de uso da língua portuguesa se concretizassem. Com a chegada posterior de outros europeus, a partir do século XVII, o português, já bem difundido, pôde servir de "porta de entrada" lingüística a outros europeus. Assim, tornou-se instrumento adequado para contato com populações orientais. E assim também pôde servir de instrumento de contato entre europeus de origens distintas, que, estando no Oriente, passaram a ter, como necessidade comum, a aquisição da língua portuguesa, não importando o grau de competência.

Resta lembrar ainda que, no decorrer do século XVII, Portugal começou a perder o domínio político nas regiões orientais e que esse fato poderia ter influído decisivamente no plano lingüístico. No entanto, foram seus próprios concorrentes que, dando continuidade à tradição lingüística inicial, garantiram, de maneira efetiva, o uso e a difusão da língua portuguesa em regiões orientais. É fato que tentativas foram feitas para inibir o uso do português em algumas regiões, como por exemplo, as restrições impostas pelo Governador Geral holandês de Batávia (atual Jacarta, Indonésia) em 1641.<sup>4</sup> No entanto, ao que indicam as fontes históricas, o uso do português decaiu, verdadeiramente, no início do século XIX, batido pelo poderio inglês instalado na Índia.

#### 4. As variedades do português no Oriente.

Como vimos até aqui, as referências históricas confirmam que a língua portuguesa era amplamente utilizada no Oriente. É interessante observar que vários documentos atestam que populações orientais de origens diversas dominavam o português e que este era, de fato, corrente em algumas regiões. Assim, temos que em 1602: "(Os habitantes de Sofala) estão debaixo do poder dos Portugueses, como eles nos declararam na língua dos seus senhores..." (apud D. Lopes (1936), pg. 32). E, do mesmo período: "Souberos também por alguns indígenas, que falavam português, que o rei de Matcalo (Ceilão) era tributário do rei da Espanha." (idem). De 1638, temos a informação: "Raros são os moradores de Gomron (em português Comorão, povoação em frente de Ormuz, na terra firme), apesar de serem, na sua maioria, Persas, Árabes e Índios, que não falam ou compreendem a língua portuguesa, por motivo de comércio que eles tiveram em anos anteriores com os Portugueses, os quais possuíram durante muito tempo a cidade de Ormuz (e os Persas, ajudados dos Ingleses, lhes tomaram em 1623)." (apud D. Lo-

pes (1936), pg. 38).

Os textos históricos, muitas vezes, referem-se genericamente ao uso extensivo da língua portuguesa no Oriente. No entanto, é possível observar que existiam pelo menos duas variedades básicas do português em uso. Assim, ao lado de uma variedade claramente identificada com o português metropolitano, uma outra variedade "corrompida", "adulterada" era também utilizada.

Com relação ao uso do português em sua variedade idêntica ou próxima da variedade europeia, é possível identificar duas modalidades básicas: a oral e a escrita. Assim, em 1647, um padre francês refere-se ao governador da ilha de Macassar, hoje Celebes (Indonésia): "Dir-se-ia que era português quando falava a língua dessa nação", (apud D. Lopes (1936). pg. 42).

Quanto à forma escrita, D. Lopes (1936) nos oferece exemplos extremamente interessantes que salientam, mais uma vez, a função veicular da língua portuguesa no Oriente, como bem retrata o tratado de paz e comércio entre holandeses e o governador do reino de Bantam, Java (Indonésia em 1596)<sup>5</sup>. Nesse mesmo sentido, temos vários textos redigidos em português por europeus de origem não portuguesa dirigidos a orientais, e por orientais dirigidos a europeus não portugueses. Os exemplos abaixo são ilustrativos:

1598: Maurício de Nassau, regente dos Países Baixos, envia uma credencial em língua portuguesa a Príncipes do Oriente.

1685: O governo holandês de Batávia (atual Jacarta, Indonésia) publica, em português, uma ordenança para os Mestres de Bairro (que é republicada em 1747).

1646 e 1656: Cartas dos reis do Ceilão (atual Sri Lanka), em português, para o governo holandês.

1679 e 1681: Cartas dos reis de Aracão, reino hoje incorporado à Birmânia, em português, para o governo holandês.

A variedade metropolitana do português conviveu, sem sombra de dúvida, com um outro tipo de variedade, a que os textos históricos referem-se como forma corrompida. Assim, em 1639, um viajante francês relata que em Batávia (atual Jacarta, Indonésia), as mulheres, os escravos e as crianças falam (além de outras línguas) um "português adulterado", um "mau português".<sup>6</sup> Tal variedade, identificada em outros textos como "patois de base portuguesa" (1698)<sup>7</sup>, "espécie de língua franca" (1711)<sup>8</sup>, "corrompida" (1724)<sup>9</sup>, "rá geringonça" (1782)<sup>10</sup> e "gíria portuguesa" (1787)<sup>11</sup>, é utilizada por europeus entre si e para se comunicarem com populações orientais.

Num primeiro momento, poderíamos reconhecer que haveria apenas duas variedades de português em uso nas regiões orientais. Um testemunho disso seria a experiência de missionários protestantes dinamarqueses que, em 1706, começaram a "estudar as duas línguas portuguesas da Europa e das Índias".<sup>12</sup> No entanto, a partir do relato de outros missionários dinamarqueses de 1733<sup>13</sup>, vemos que a variedade corrupta de português apresenta, pelo menos na Índia, variações tanto na estrutura quanto em relação aos seus usos e usuários. Nesse texto de 1733, encontramos as seguintes informações:

a. "Há três espécie de língua portuguesa na Índia: a pura, a meio-deturpada e a completamente deturpada".

b. "A meio-deturpada, falada por indivíduos de origem mista, caracteriza-se por "sua conjugação incompleta"".

c. A completamente deturpada, "falada geralmente por Portugueses de origem mista e sobretudo pelos completamente pretos" caracteriza-se por "não ter conjugação".

d. Os portugueses pretos se servem da variedade meio deturpada quando "oram a Deus" e em sua correspondência.

e. Os ingleses, dinamarqueses, holandeses e franceses utilizam a variedade meio-deturpada entre si, mas usam a forma pura em sua correspondência.

Os dados acima sugerem que havia na Índia, mais precisamente em Tranquebar, duas variedades de português corrompido que possuíam comunidades de falantes distintas, características lingüísticas próprias e situações particulares de uso. Evidentemente, não é possível fazer generalizações maiores, mas as indicações acima nos permitem levantar a hipótese de que a "gíria portuguesa" do Oriente, comportava variações de ordens diversas. Há de se considerar, a esse respeito, a heterogeneidade cultural, lingüística e social das populações que adquiriam e utilizavam o português para suas diferentes relações sociais, e também que o contato com o português não se deu nem ao mesmo tempo nem sob as mesmas condições. Qualquer que tenha sido a forma e a natureza das variedades, elas representaram respostas lingüísticas adequadas a necessidades comunicativas distintas, surgidas em função de um contato histórico promovido pela ação portuguesa no Oriente.

Embora nos faltem maiores dados, observamos que a variedade metropolitana do português, em suas modalidades falada e escrita, parece estar associada a usuários comprometidos como implemento de propósitos oficiais e institucionais (reis, príncipes, governadores, emissários, etc, orientais e europeus) e com os usos aliados ao desempenho desses propósitos. Quanto às variedades de português corrompido, o seu emprego é mais amplo e engloba a gama de populações em contato no Oriente: populações orientais e europeus, de origens diversas. Resta saber se os próprios portugueses as utilizavam seja no contato com as populações orientais, seja no contato com os outros europeus.

## 5. O português no Oriente hoje

A língua portuguesa, atualmente, ocupa um lugar de pouco destaque no Oriente, que contrasta enormemente com a posição que ocupou em épocas anteriores. É fato que, ainda hoje, é a língua materna de comunidades de origem portuguesa em lugares como Goa, Diu e Damão na Índia, onde, segundo S.M. Correia (1961), é língua oficial, Macau na China e Timor (ilha atualmente ocupada pela Indonésia).

Muitos crioulos portugueses se constituíram em regiões orientais. A maioria deles se extinguiu e alguns sobrevivem restritos a pequenas comunidades de origem portuguesa. Tradicionalmente, esses crioulos têm sido classificados em três grupos. Temos assim:<sup>14</sup>

1º grupo: sino português- Crioulo português de Macau (China):

O crioulo português de Macau é também conhecido como macaísta e macaue-nho. Extinto em Macau, esse crioulo sobrevive na fala de uma comunidade de cerca de duas mil pessoas em Hong Kong.

2º grupo: malaio-português- Crioulos portugueses de Malaca (Malásia) e da Indonésia.

O crioulo português de Malaca, também conhecido como papiá kristang, é ainda a primeira língua de uma comunidade com cerca de três mil pessoas na Malásia. Em Singapura (Malásia), há também uma comunidade de origem portuguesa que fala uma variedade desse crioulo.

O crioulo português da Indonésia tem suas raízes em Jacarta (antiga Batávia) e sobrevive, embora em processo de extinção, na cidade próxima de Tugu, nas ilhas de Sumatra, Bornéu, Flores, Cerau, Molucas, Celebes e ainda em Changai no litoral da China.

3º grupo: indo-português- Crioulo português do Sri Lanka (antigo Ceilão) e os crioulos portugueses da Índia.

O crioulo português do Sri Lanka é ainda falado por pequenas comunidades de origem portuguesa nas cidades de Vaipim, Batticaloa, Mannar, Negurbo, Colombo (capital), Calaturey, Galle; Trincomale, Jaffna e Uppottai.

Os crioulos portugueses da Índia, numerosos, podem ser agrupados do seguinte modo:

1. Crioulos portugueses da costa do Quiromandel, hoje extintos, que foram falados nas cidades de Meliapor, Madras, Cudalor, Carical, Tranquebar, Pondicheri e Negatapão.
2. Crioulos portugueses do grupo noroesteiro ou indo-português do norte, que sobrevivem em pequenas comunidades nas cidades de Koralai e Chaul, tendo desaparecido de Bombaim, Mahin, Bandora, Baçaim, Taná, Andheri, Morol, Govai, Manori e Versová.
3. Crioulo português de Goa - extinto.
4. Crioulo português de Diu - provavelmente extinto.
5. Crioulo português de Damão - provavelmente extinto.
6. Crioulo português de Mahé - extinto.

7. Crioulo português de Mangalore - extinto.
8. Crioulo português de Cochim - em extinção.
9. Crioulo português de Tellicherry - em extinção.

Como última manifestação da presença do português no Oriente caberia indicar a influência do léxico português nas línguas orientais. D. Lopes (1936) nos dá numerosos exemplos para o malaio, javanês, hindustani, japonês, entre outras.

Símbolo de uma época, o português acompanhou, no Oriente, a trajetória da ação política portuguesa. Esta ação, inibida e deslocada pela atuação crescente de outras nações europeias, acabou por anular-se, o que fez com que a língua portuguesa se eclipsasse do cenário oriental.

---

#### NOTAS

1. A expressão língua franca é usada no sentido técnico, como indicado no texto. Não confundir com a expressão língua Franca, normalmente transcrita com letra maiúscula, que designa a língua do tipo pidgin falada nas cruzadas. V.F. Tarallo e T.M. Alkmim (1987).
2. V.D. Lopes (1936), pg. 45.
3. V.D. Lopes (1936), pg. 44.
4. V.D. Lopes (1936), pg. 106.
5. V.D. Lopes (1936), pg. 28.
6. V.D. Lopes (1936), pg. 39.
7. V.D. Lopes (1936), pg. 45.
8. V.D. Lopes (1936), pg. 49.
9. V.D. Lopes (1936), pg. 52.
10. V.D. Lopes (1936), pg. 52.
11. V. Lopes (1936), pg. 60.
12. V. Lopes (1936), pg. 58.

13. V.D. Lopes (1936), pg. 53-4.
14. V.F. Tarallo e T.M. Alkmim (1987)

---

BIBLIOGRAFIA

CALVET, L-J. (1981) Les langues véhiculaires. Paris, P.H.F.

COELHO, F.A, (1967) "Os dialectos românicos ou neo-latinos na África, Ásia e América". Reedição de artigos publicados no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. Estudos Linguísticos: Crioulos, Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, pg. 1-234.

CORREIA, S.M. (1961) "A actual situação do português no Oriente". Boletim de Filologia, XX, Pág. 13-18.

CUNHA, C. (1981) Língua, cultura, alienação. Rio, Nova Fronteira.

LOPES, D. (1936) A expansão da língua portuguesa no Oriente nos séculos XVI, XVII e XVIII. Barcelos, Portucalense.

SILVA NETO, S. da (1970). História da língua portuguesa, 2a. edição aumentada, Rio, Livros de Portugal.

TARALLO, F. e T.M. ALKMIM (1987). Falares crioulos. Línguas em contato. São Paulo, Ática.